

O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO: a indissociabilidade que exige formação docente

Luiz Carlos dos Santos

Esta temática vem sendo quase contínua nas notas deste “blog”. Isso porque se acredita que a materialização da associação entre ensino, pesquisa e extensão é tarefa que tem na atividade docente sua principal mediação, tanto na relação entre aluno e saber como na efetivação do projeto institucional. Nessa perspectiva, coloca-se a seguinte indagação: como e onde o professor aprende a ensinar, a pesquisar e fazer extensão para colaborar na associação destas ações no projeto institucional?

De acordo com André (2002), os estudos sobre a formação do professor universitário são ainda muito incipientes, se comparados à formação de docentes para a educação básica. Frise-se que não só na licenciatura encontra-se essa diferenciação. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 (LDBEN), que normatiza a formação de educadores para o sistema educacional brasileiro, dispõe como exigência mínima para o exercício da docência no ensino básico a formação pedagógica oferecida pelos cursos de licenciatura.

Concernentemente à docência no ensino superior, no entanto, não há nem mesmo essa exigência o artigo n.º 66 é o único dispositivo da citada Lei a fazer referência à formação do professor universitário - “A preparação para o magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado ou doutorado”.

Segundo Ennes (2005), embora na legislação sejam os programas de pós-graduação a única indicação de espaço de formação do professor universitário, raros são os programas que titulam professores universitários a incluírem formação para a docência na área da Ciência a que se destinam, ou seja, a inclusão de estudos relacionados ao ensino na área do conhecimento à qual o professor em formação se dedica. Ressalta, ainda, o referido pesquisador que, especialmente nas áreas de Ciências fora do campo da Educação estas circunstâncias se potencializam: os professores bacharéis podem fazer toda uma carreira acadêmica sem ter tido oportunidade de conhecer os fundamentos educacionais e pedagógicos que ancoram o trabalho docente. Tanto é verdade, que, participando, enquanto examinador de duas bancas de mestrado, em duas Academias baianas, cuja temática versava sobre formação docente em programas de pós-graduação, os estudos confirmaram a hipótese de que há carência de formação docente nos programas em nível *stricto sensu*.

Saliente-se que, pela crescente qualidade que vem sendo impressa aos programas de pós-graduação no Brasil, pode-se asseverar que o professor universitário tem sido formado com padrões de excelência para ser pesquisador, porém sem incluir a formação para a docência, como se o domínio de um conhecimento específico implicasse, automaticamente, capacidade para realizar um processo de ensino que possibilite aprendizado efetivo desse saber pelos estudantes. Domínio de conteúdo específico não significa qualificação para o labor docente. A falta da ferramenta didático-pedagógica pode reduzir o ensino à mera reprodução dos modelos aprendidos em sala de aula, ao longo da história de vida escolar do professor. É necessário, pois, uma reflexão sistemática, contínua e coletiva, teoricamente orientada, que examine questões relativas a por quê, para quê, para quem, o quê e como se ensina e se aprende.

Dos estudos procedidos acerca do assunto em tela, entende-se que, a formação para o exercício da docência no ensino superior, de fato, exige o domínio da área de conhecimento na qual o professor ensina, associada ao conhecimento educacional e pedagógico o, que lhe possibilita planejar, desenvolver e avaliar a ação educativa, integrando ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o projeto institucional. Deve ser uma cruzada em prol da transformação dessa triste realidade, envolvendo o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), CAPES, Conselhos Estaduais de Educação, principalmente nos Estados que mantêm Universidades, além da participação das Instituições Universitárias, através dos Conselhos Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEs), fóruns, a exemplo do ForGRAD, entidades da classe docente, dentre outros órgãos congêneres.